

# Dispositivos clinicopolíticos em psicanálise e educação<sup>1</sup>

## *Clinicopolitical devices in psychoanalysis and education*

*Luciana Gageiro Coutinho\**

### **Resumo**

Partindo do pressuposto de que os crescentes índices de sofrimento psíquico juvenil no Brasil e no mundo são um sintoma social de nossos tempos, o artigo defende a proposta de trabalho com dispositivos clinicopolíticos de escuta no coletivo em escolas e universidades. Resgata a definição de dispositivo em Foucault, atualizada por Agamben e apropriada por autores da psicanálise para propor práticas de escuta em instituições e contextos sociais vulneráveis. Levando em consideração a dimensão sociopolítica do sofrimento, isto é, o mal-estar produzido pelo lugar ocupado pelo sujeito no laço social, apresenta algumas vinhetas provenientes de rodas de conversa realizadas no campo educativo.

**Palavras-chave:** Juventude. Sofrimento psíquico. Psicanálise. Escuta. Educação.

### **Abstract**

*Based on the assumption that the growing rates of youth psychological distress in Brazil and around the world are a social symptom of our times, the article defends a proposal for work with clinicopolitical devices for collective listening in schools and universities. A definition of Foucault's device is rescued, updated by Agamben and appropriated by psychoanalytic authors to provide study practice in institutions and vulnerable social contexts. Taking into account the sociopolitical dimension of suffering, that is, the discomfort produced by the place occupied by the subject in the social bond, it presents some vignettes from conversations in the educational field.*

**Keywords:** Youth. Psychological suffering. Psychoanalysis. Listening. Education.

---

<sup>1</sup> Este artigo é derivado da apresentação de um trabalho na mesa redonda “Dispositivos clínico-políticos na psicanálise em extensão”, realizada no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) no dia 13 de maio de 2023 como um evento promovido pelo Núcleo Comunitário de Psicanálise.

\* Psicanalista. Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense (UFF/Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Psicanálise, Educação e Laço Social (LAPSE/UFF). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. lugageiro@uol.com.br

As novas configurações do campo cultural e sociopolítico brasileiro, que se fazem presentes também no âmbito educativo, têm apagado a dimensão da alteridade, que garante a convivência diversa e os pactos sociais. Isso também se apresenta no que concerne à precarização das políticas públicas de cuidado no campo da saúde e da educação, que situem lugares e figuras de referência na construção de laços democráticos e solidários. Assim, muitas instituições escolares não têm mais sido tomadas como lugares de enlaçamento social e de transmissão de possibilidades para o futuro de crianças e jovens, deixando-os numa condição de desalento que muitas vezes se expressa em intenso sofrimento psíquico.

Entretanto, pelas próprias condições que regem o laço social hoje, tal sofrimento muitas vezes não encontra acolhida nem escuta no campo institucional, já que frequentemente os impasses vividos na educação são generalizados, seja através da pedagogização, da medicalização, ou ainda pela judicialização de crianças e jovens. Dessa forma, ao não os escutar enquanto sujeitos, as escolas e outras instituições não lhes oferecem um lugar de pertencimento e, assim, não potencializam seu “desejo de viver”, tal como já apontou Freud em uma comunicação na Sociedade Psicanalítica de Viena (FREUD, 1910/1996), no que diz respeito a tudo aquilo que possibilita enlaçamentos ao universo cultural e social. Em tempos de neoliberalismo e tecnicismo (LAVAL, 2019) em expansão no Brasil, o que se faz notar particularmente no campo da educação, assistimos à colonização do espaço escolar pelos discursos do produtivismo neoliberal como lugar de autoempreendedorismo e competição, justificado como estando a serviço de uma melhor formação técnica e profissionalizante, em detrimento do cultivo de um lugar de convivência e diálogo, lugar de vida em contraste com a lógica da necropolítica que reina no mundo capitalista (MBEMBE, 2018).

Em tal cenário, particularmente no que concerne aos jovens, constatamos que muitos encontram impasses no atravessamento desse novo encontro com o Outro que é a adolescência, no que a escola tem grande participação. Tais impasses se traduzem em uma angústia muitas vezes expressa no agir e em violências hetero e autoinfligidas, que podem ir de autolesões ao suicídio consumado, denunciando algo que não vai bem na relação com o Outro e com os outros (JUCÁ; VORCARO, 2018). Como temos pensado a partir das pesquisas que temos desenvolvido nos últimos anos, tais expressões do mal-estar juvenil no Brasil e no mundo de modo amplo hoje – tão evidenciado atualmente pelos altos índices de suicídio e autolesões entre os jovens (BRASIL, 2021; OMS, 2021) – podem ser associadas à condição de intensificação do desampa-

ro que, em alguma medida, é inevitável no trabalho das adolescências feito a partir de distanciamento das referências da infância e novos enlaçamentos sociais ancorados na cultura (COUTINHO *et al.*, 2020; CABRAL *et al.*, 2022; COUTINHO; MADUREIRA, 2021).

Pensar em políticas de vida em contraposição às políticas de morte que reproduzem discursos hegemônicos e aprisionam os jovens em lugares marcados pelos preconceitos e pela lógica da individualização dos impasses, não lhes apontando um lugar de endereçamento enquanto sujeitos na sua singularidade, é pensar em trabalhar na restituição de um lugar de sujeito no coletivo, espaço público das instituições, berço da política. É caminhar das políticas de sobrevivência às políticas de vida, restituindo o valor da palavra que faz laço. Uma palavra que vá além dos ditames do conselheiro perverso, como trabalham Strzykalski e Gurski (2020), ou para além dos “veredictos do Outro”, como colocam Cabral, Coutinho e Saggese (2022) sobre a prevalência do discurso médico e, ainda, podemos acrescentar, do discurso pedagógico, quando se fixa aos ditames clássicos: “*you will not pass even in the enemy*”; “*you entered the university but you will not be able to graduate*”; “*it is not worth studying that you will not be able to get a job*”; etc.

Entendendo o sofrimento psíquico juvenil enquanto um sintoma social de nossos tempos, podemos tomá-lo como resposta a esses ditames através de atos que portam uma mensagem cifrada cuja origem e endereçamento remontam ao laço social. Assim, entendemos que é imprescindível que nossas produções e práticas levem em consideração a dimensão sociopolítica do sofrimento (ROSA, 2016), isto é, o mal-estar produzido pelas desigualdades sociais, étnicas e de gênero que ainda se mostram tão enraizadas estruturalmente em nossa cultura.

Dito isso, pensamos que as escolas e universidades da rede pública têm tido particular importância no que diz respeito ao enfrentamento da questão colocada pelo sofrimento psíquico juvenil, já que muitos desses episódios se dão, ou mesmo são identificados e compartilhados, no ambiente escolar e/ou universitário. Visando à construção de possíveis estratégias para o tratamento desse mal-estar, temos proposto como atividade de extensão acadêmica uma agenda de intervenções em escolas e em universidades do Estado do Rio de Janeiro, utilizando rodas de conversas e oficinas com professores e alunos das instituições participantes. O dispositivo clínico das rodas de conversa é concebido como um espaço de fala, escuta e partilha de experiências, entremeadas pela associação livre coletivizada, favorecidas pela presença do psicanalista nas instituições.

Tomamos como referências principais na construção desse trabalho Miriam Debieux Rosa, com sua proposta por uma psicanálise implicada (ROSA, 2016), e Jorge Broide e Emília Broide (2016), quando pensam a prática da psicanálise em situações sociais críticas. A aposta em dispositivos clinicopolíticos parte do princípio de que uma escuta em contextos de vulnerabilidade social, implica que o psicanalista, necessariamente, lance mão de estratégias clínicas não convencionais, que levem em conta o contexto social e institucional, complexificando suas estratégias ao propor não só a escuta dos sujeitos, mas também um retorno do saber ali produzido para toda comunidade envolvida, como algo que diz de todos (ROSA *et al.*, 2021) e pode ter efeitos no lugar ocupado por eles no laço social.

Em sintonia com essa proposta, Broide (2014) propõe também dispositivos clínicos em contextos sociais a partir da concepção de dispositivo em Foucault (1979), reeditada por Agamben (2009). Em Foucault (1979), dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento foucaultiano para pensar o que ele vai chamar de "governabilidade". Em entrevista sobre a história da sexualidade define dispositivo da seguinte forma:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Nesse sentido, o conceito de dispositivo em Foucault está atrelado ao modo como ele descreve a microfísica do poder que atua nas instituições e no laço social no qual se forjam as subjetividades atravessadas pelas relações de poder e saber vigentes. Agamben (2009) retoma o conceito foucaultiano de dispositivo, ampliando seu alcance e promovendo novas leituras para ele. Para o filósofo, o dispositivo abarca:

Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e mi-

lhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p. 13).

Para Agamben, então, os dispositivos vão muito além das práticas de controle e disciplinares estudadas por Foucault, mas envolvem também diversos instrumentos da cultura que constituem a nossa humanidade e subjetividade. Nesse sentido, os dispositivos, tanto quanto a linguagem, existem tanto para alienar e/ou dominar os seres humanos quanto para libertá-los das redes de saberes e poderes que os oprimem, já que são eles que constituem as subjetividades. É daí que é possível pensar os dispositivos enquanto uma ferramenta clínica potente em situações sociais.

É daí que podemos nos inspirar para pensar os dispositivos clínicos em situações sociais. A partir do trabalho de Broide (2014, 2016), pensamos que qualquer dispositivo, dentro ou fora de nosso consultório particular, surge a partir de uma cuidadosa escuta – já na transferência – da demanda da urgência pessoal ou social pela qual fomos chamados. Por isso, os dispositivos clínicos devem sempre contemplar a circulação da palavra, de uma forma ou outra, por toda a instituição. Por isso também, na maioria das vezes, o trabalho no coletivo é priorizado, no lugar de uma escuta individual.

Entendendo que o sofrimento psíquico dos nossos jovens estudantes guarda em si uma dimensão sociopolítica tal como tem trabalhado Rosa (2016), ou seja, diz respeito aos lugares que ocupam no laço social e nos discursos dominantes, o seu tratamento deve se dar também na dimensão do coletivo, através de estratégias clinicopolíticas que envolvam os diversos atores sociais nos contextos nos quais se inserem. O lugar que muitos desses jovens ocupam no laço social – e que é reproduzido dentro da escola – expõe e permite violências, muitas vezes naturalizadas, que promovem o sofrimento sociopolítico, já que promovem o silenciamento e a solidão desses sujeitos aprisionados em discursos e práticas que os fixam a lugares de forma alienada e objetalizada. Podemos situar aí a presença do racismo, da homofobia e dos preconceitos em torno das relações de classe, de idade, identidades de gênero em geral, mas também dos discursos *psi*, médico e pedagógico que frequentemente situam a recusa da escola e os modos de comunicação violenta e transgressora muitas vezes utilizados pelos jovens, no registro das patologias. Assim, muito do que está em jogo no sofrimento psíquico desses jovens é o modo de inscrição e pertença no campo social que repercute na clínica sob a forma do que Rosa (2016) concebe enquanto desamparo discursivo, quando se dá a na-

turalização do desamparo social através de nomeações que apagam a força discursiva dos que estão a elas submetidos, ou seja, perde-se a possibilidade de falar por si, a partir de suas próprias referências históricas e simbólicas. No lugar disso, no caso da escola, esses jovens são nomeados como repetentes, violentos, o que pratica ou sofre *bullying*, o que tem TDAH, o que se corta, etc. Assim, aliado ao desamparo social, deparamo-nos com o desamparo discursivo, que lança o sujeito no silenciamento (ROSA, 2016, p. 25). Em suas palavras: “quando certos discursos sociais se travestem de discurso do Outro (campo da linguagem) para obturar a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito, temos um problema clínico e político” (p. 186).

Dito isso, considerando que o inconsciente está presente nas variadas manifestações humanas, culturais e sociais, buscamos instaurar a possibilidade de uma fala na qual o sujeito tenha lugar, considerando a dimensão sociopolítica do sofrimento produzido nas e pelas relações sociais. Podemos definir os dispositivos clinicopolíticos como a instauração de espaços de fala e escuta em contextos sociais e institucionais que remetam ao resgate do sujeito no laço social e à construção de modalidades singulares e coletivas de resistência aos processos de alienação social. Com isso, ressaltamos a dimensão ético-política do trabalho, ao levar em conta os poderes e saberes que impactam nos modos de sofrer e de falar dos sujeitos. Por isso, a busca por construir dispositivos de escuta no coletivo corresponde a uma aposta na circulação da palavra como condição de inscrição de novas formas discursivas que possam questionar as bases do pacto social vigente.

A proposição é que, a partir da possibilidade de estar um com os outros e, perante, inclusive, à impossibilidade de compor um todo, ou seja, nesse impasse e vazio, os participantes possam afetar-se um aos outros, dar-se conta de sua posição no laço discursivo, reposicionarem-se e, se for o caso, produzir ideias e formular ações, ou seja, não é preciso ser igual para fazer algo juntos [...]. Se consideramos o grupo como dispositivo potente e privilegiado para trabalhar as questões e efeitos para os sujeitos que vivenciam situações sociais críticas, é justamente pela possibilidade de fazer laço, de alçar como questão do humano as situações vivenciadas por alguns e pela possibilidade de, diante do mal-estar e do que segrega, subverter e recriar formas de estar juntos e se reconhecer (SATO *et al.*, 2017, p. 492).

Tal como colocam acima as autoras, pensamos que a importância do trabalho no coletivo, que não coincide exclusivamente com o trabalho grupal já bastante pensado pela psicanálise já que inclui a ideia o tensionamento entre o singular e as lógicas de poder que tendem ao seu apagamento, reporta a algu-

mas intervenções que podem incidir no laço institucional e social. Tais dispositivos podem se dar de diversas maneiras, desde rodas de conversa e oficinas a atividades organizadas junto com os sujeitos e coletivos envolvidos ou mesmo fóruns de debate abertos a toda a comunidade envolvida (conversa entre alunos de escola pública e privada nas ocupações de escola, visita dos alunos da escola pública à universidade e diálogo com os universitários; construção de espaços de discussão junto a estudantes e coletivos sobre a questão da saúde mental na universidade (incluindo murais interativos no *Instagram* e nos corredores da faculdade); evento em formato de roda aberta composta por professores de escolas públicas e professores universitários na universidade para falarem sobre o retorno às aulas presenciais; etc.)

No caso das rodas de conversa com jovens e professores em escolas e universidades visamos oferecer um espaço de fala/escuta, que promova o compartilhamento e a decantação de experiências, a historicização dos sujeitos, bem como a promoção de novos laços e ações no cotidiano escolar e universitário (ANDRADE; DINIZ; JATOBÁ, 2015; COUTINHO; PISETTA, 2021; BRAGA *et al.*, 2023). Tais rodas têm acontecido de variadas formas, seja só com estudantes, só com professores ou algumas vezes com ambos os segmentos presentes no mesmo grupo, o que já se deu em alguns momentos de modo espontâneo. Ao confrontar as situações que se apresentam no ambulatório infantojuvenil com algumas falas e situações observadas na pesquisa em intervenções feitas com jovens em escolas e universidades públicas do Rio de Janeiro é possível escutar o quanto o desamparo em que se encontram muitos adolescentes reverbera e ecoa no esgarçamento dos laços que é vivido por eles no espaço escolar.

*“Está acontecendo muita coisa aqui, não fazem nada [...] Hoje falamos de assédio, de brigas... [...] Vai resolver isso quando? Quando a gente estiver morto?”* (Diário de Campo de Pesquisa, 12/05/2021)

*“Estar na escola não é um problema. A escola em si é o problema”. “A gente gosta de estar aqui, mas aqui é assim... Professores ruins, não sabem explicar, faltam porque querem, dão matéria com má vontade e são grossos. Dão um lanche mínimo e querem que a gente sobreviva a tarde inteira”* (Diário de Campo de Pesquisa, 15/05/2021)

*“Passo por um momento em que estou rodeado (a) de pessoas na escola e ainda assim me sinto só. Uma verdadeira sensação de vazios; hoje é muito raro eu sentir fome e vontade de viver”* (Diário de Campo de Pesquisa, 15/05/2021).

O que temos observado nas rodas de conversa é uma queixa recorrente dos jovens quanto à solidão ou a não serem escutados, não poderem falar ou contar com alguém, seja com os pais, seja com os professores, seja com os colegas. Entretanto, muitas vezes essa queixa não é explicitada diretamente e no lugar disso prevalecem as experiências de fracasso e desistência. Provocados à fala sobre como é a experiência da universidade em uma das rodas oferecidas aos estudantes, as seguintes narrativas (escritas de forma anônima e depois compartilhadas na roda) nos chamam particularmente a atenção:

*"Acredito que o meu maior problema atualmente tem a ver com a minha dificuldade de comunicação. As coisas que vejo como problemáticas tem quase sempre gênese nessa questão. A falta de amigos próximos a quem eu possa confiar, o enorme nervosismo que sinto em falar em público e a dificuldade em estabelecer relações com outras pessoas derivam dessa dificuldade comunicativa. Na universidade igualmente. O ambiente universitário me põe para baixo a todo momento"* (Diário de Campo de Pesquisa, 9/11/2019).

*"Quando penso em como estou na universidade são essas palavras que me vem: suicídio, ausência de paz, uma tristeza profunda, não ser boa o suficiente para nada, destruída, pisada, humilhada, sobrecarregada, exausta, muito ansiosa, prestes a explodir, um peso e problema para os outros, infeliz, saudade, não me sinto bem com minha aparência, corpo e com a pessoa que sou. Insuficiente, problemática, não vejo razão e propósito para estar viva, pra ter nascido, um desgosto"* (Diário de Campo de Pesquisa, 9/11/2019).

As duas narrativas acima nos fazem pensar no sentimento de fracasso experimentado por essas jovens, que, ainda que fazendo uma menção ao ambiente acadêmico, deixam a crítica recair sobre elas próprias. Pudemos notar nesses depoimentos que muitas vezes a presença do outro/Outro se dá sob a forma superegoica de uma pressão/avaliação que cresce e se alimenta do desamparo e da sujeição a discursos sociais hegemônicos experimentados por tantos jovens. Temos pensado no quanto esse lugar da alteridade, para nós da psicanálise tão fundamental na constituição subjetiva, já que é o campo de onde provêm a palavra e o desejo, parece estar ameaçado e/ou esvaziado. Ou ainda, no lugar de um Outro do desejo, que aposta e investe nas novas gerações, prevalece apenas um Outro da demanda, que vocifera e produz veredictos sobre eles.

Isso produz um incremento da experiência de isolamento e desinserção, que supomos, também estar na base da intensificação dos discursos de ódio e das violências nas escolas e universidade, questão que está na ordem do dia! Quando não há lugar para o sujeito, com sua história, seus afetos e seus modos



de expressão, e não há quem o situe em um lugar de desejo, de sonho, de aposta, não há lugar para a vida, para laços sociais que ajudem a reinscrever os circuitos do desejo na adolescência. Seja pela vulnerabilidade dos laços familiares, seja pela solidão do individualismo contemporâneo que se expressa fortemente nas redes sociais, ou por conta dos discursos educativos atravessados de especialismos e exigências produtivistas, os jovens estudantes parecem sofrer por serem silenciados por discursos do alto desempenho e da produtividade, ou pelo fracasso que é nomeado enquanto doença, de modo que os impasses sociais e políticos que atingem a todos nós parecem ser depositados na conta de cada um deles individualmente.

Por que tantas vezes os conflitos dos jovens e das jovens com as instituições educativas acabam sendo vividos como fracasso individual? Será que o apelo aos cortes e às tentativas de suicídio podem ser lidos, em alguns casos, como uma tentativa de buscar se enlaçar, romper o silenciamento ou, pelo contrário, de se desligar definitivamente de laços sociais que os assujeitam e silenciam?

Entendemos que o trabalho clinicopolítico se dá nas fendas que se abrem quando o mal-estar pode ser minimamente endereçado. É importante para as instituições que trabalham com adolescentes e jovens pensar formas de reinstaurar outras discursividades possíveis que não aquelas que silenciam e normalizam, que colonizam as subjetividades e desejos de nossos jovens; mas sim possibilitem acolher as singularidades e as narrativas próprias do sofrimento dos sujeitos que dela tomam parte.

Quando há alguma demanda por parte das escolas e da universidade, ainda que frequentemente através de uma queixa sobre os estudantes que não se encaixam nas exigências institucionais e muitas vezes já são enquadrados em discursos plenos de sentido, já há alguma brecha para que o Outro não-todo-saber possa se presentificar, possibilitando a abertura de um lugar de palavra e transformação para o sofrimento psíquico ao invés do enclausuramento, que só perpetua a condição de desamparo discursivo (ROSA, 2016) e desalento em que se encontram muitos jovens. Apostando nas transferências, no acolhimento e na renovação dos laços sociais na escola e na universidade, apontamos na direção de espaços para invenção singular e coletiva de recursos subjetivos para atravessar o adolecer e lidar com o desamparo. Aposta que se dá nas bordas entre a clínica, a educação e a política.

### **Tramitação**

Recebido 04/04/2024

Aprovado 15/04/2024

## Referências

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? In: \_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009. p. 25-54.
- BRASIL. Boletim epidemiológico. *Mortalidade por suicídio e notificações de lesões autoprovocadas no Brasil*, v. 52, n. 33, 2021. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes2021boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_33\\_final.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes2021boletim_epidemiologico_svs_33_final.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- ANDRADE, C. B. *et al.* Adolescência, escola e o tempo na pandemia. *APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, [S. l.], n. 30, p. 14-31, 2023. DOI: 10.22481/aprende.r.i30.13744. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/13744>>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- BROIDE, J.; BROIDE, E. E. *A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Editora Escuta, 2016.
- BROIDE, J. A construção de dispositivos clínicos. Agamben e a Psicanálise. *Correio da APPOA* n. 156, 2014.
- CABRAL, I. E.; COUTINHO, L. G.; SAGGESE, E. G. Agravamento das vulnerabilidades infanto-juvenis: uma análise sociopolítica do sofrimento psíquico durante a pandemia de COVID-19. *Desidades - Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude*, n. 31, p. 70-88, 2022.
- COUTINHO, L. G. *et al.* Desamparo e laços sociais na escola. *Cadernos de Psicanálise - CPRJ*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 43, p. 117-136, 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952020000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000200006)>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- COUTINHO, L. G.; PISETTA, M. A. Os jovens e seus impasses no laço à universidade: intervenção clinicopolítica em tempos de pandemia. *Estilos da Clínica*, v. 26, n. 2, p. 219-232, 2021.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREUD, S. (1910). *Contribuições para uma discussão acerca do suicídio*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).
- \_\_\_\_\_. (1921). *Psicologia de grupo e análise do ego*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 19).
- JUCÁ, V. dos S.; VORCARO, A. M. R. Adolescência em atos e adolescentes em ato na clínica psicanalítica. *Revista Psicologia-USP*, v. 29, n. 2, p. 246-252, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/cNNscHfNMBywPVZzD6t95rg/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 set. 2021.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018.

OMS - Organização Mundial De Saúde. (2021). *Suicide*. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.

ROSA, M. D.; PRIMO, J. S.; CARMO-HUERTA, V. Adolescentes, professores e psicanalistas: uma intervenção clinicopolítica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, 2021. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236109175>. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/109175>>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SATO, F. G. *et al.* O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 17, n. 40, p. 484-499, dez. 2017. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 abr. 2024.

STRZYKALSKI, S.; GURSKI, R. Adolescência e lampejos: a construção de políticas de “sobrevivência”. *Estilos da Clínica*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 21-34, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i1p21-34>. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-71282020000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282020000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 31 mar. 2024.